

Assembleia da República  
 Gabinete do Presidente  
 299066  
 Classificação



Por determinação de 08/02/09, a  
 Sr. Secretária da Mesa  
 09.02.09  
 [assinatura]



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05.03.02  
 Data  
 09.02.09

REQUERIMENTO Número /x ( .ª)

PERGUNTA Número 1389 /x ( 4 .ª)

Expeça-se
Publique-se
26/2/09
Q Secretário da Mesa [assinatura]

**Assunto:** Aplicação do acordo de reconhecimento de competências Portugal / Brasil

**Destinatário:** Ministério dos Negócios Estrangeiros

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República

Chegou recentemente ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP um problema, que se tem prolongado pelo tempo, e que diz respeito ao reconhecimento ou revalidação dos diplomas Portugueses no Brasil.

A situação concreta que chegou ao nosso conhecimento diz respeito ao reconhecimento de um diploma de medicina de uma Portuguesa no Brasil.

Não obstante existir um Tratado de amizade entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil que prevê o reconhecimento, nomeadamente quando diz " Os graus e títulos académicos de ensino superior concedidos por estabelecimentos para tal habilitados por uma das Partes Contratantes em favor dos nacionais de qualquer delas serão reconhecimentos pela outra Parte Contratante, desde que certificados por documentos devidamente legalizados", esta Portuguesa, como muitos outros, tem encontrado um conjunto de obstáculos que impedem o reconhecimento do seu curso e, por conseguinte, o exercício da sua profissão no Brasil.

Os obstáculos que se colocam aos nossos concidadãos são essencialmente de ordem burocrática.

Apesar das sucessivas queixas a diversas entidades, incluindo na embaixada Portuguesa, o problema desta cidadã ainda se encontra por resolver.



Este é um exemplo de uma realidade que julgamos ser mais vasta.

Assim ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao

**Ministério dos Negócios Estrangeiros** o seguinte:

1.º - Que conhecimento tem este Ministério quanto a este tipo de situações?

2.º Que medidas tomou ou tenciona tomar este Ministério para ultrapassar este problema?

Palácio de São Bento, 20 de Fevereiro de 2009

Deputado

(Jorge Machado)